



Anais da Assembléia

Nº 131

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 122.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1981

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Ezequias Losso e Paulo Camargo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Chierigate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Naccli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Artigo único — O Art. 13, da Constituição, fica acrescido do parágrafo seguinte:

“§ 5.º — A remuneração do Deputado Estadual não poderá ser superior a dois terços do que percebem, ao mesmo título, os Deputados Federais.”

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

Apoiamento: ROMERO FILHO, JOÃO MANSUR, PALÁCIOS, EZEQUIAS LOSSO, JURANDIR MESSIAS, GABRIEL MANOEL, LÁZARO DUMONT, GILBERTO CARVALHO, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, BASÍLIO ZANUSO, FUAD NACCLI, RENATO BUENO, FIDELCINO TOLENTINO, GILBERTO AGIBERT FILHO, GERNOTE KIRINUS, CYRO MARTINS, AUGUSTO CARNEIRO, TADEU LÚCIO MACHADO, NESTOR BAPTISTA, FIORI LUIZ e DENI SCHWARTZ.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 125/81.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 125/81, que declara de utilidade pública o Lar das Meninas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Curitiba.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1981.

a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer à Mesa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Estanislau Ostapov, ocorrido no dia 26 do corrente, no Município de Prudentópolis.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário da Casa, um voto de profundo pesar pelo infausto falecimento do Senhor ESTANISLAU OSTAPOV, ocorrido no dia 26 do corrente, no Município de Prudentópolis, que tenho o prazer de representar nesta egrégia Casa de Leis, pelos relevantes serviços prestados à comunidade prudentopolitana, e que a decisão desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1981.

a) GILBERTO AGIBERT FILHO

JUSTIFICATIVA:

Nossa manifestação de solidariedade à família enlutada, é pela grande amizade que tínhamos pelo Senhor Estanislau Ostapov, e pelos relevantes serviços prestados à coletividade prudentopolitana, seja no serviço de comércio, indústria e pela grande contribuição esportiva em prol da juventude de sua cidade. Certo que Prudentópolis perdeu uma das suas figuras mais significativas de sua comunidade, pelo carinho e orgulho que demonstrava ter pela sua cidade natal.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Carlesso.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Carlesso, ocorrido dia 25 pp. em Campo Largo.

Solicita ainda, se aprovado o presente, seja dado ciência à família enlutada na pessoa do Sr. Sílvio Carlesso.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1981.

a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de louvor ao professor Doutor Danton Richlin da Rocha Loures e sua Equipe, pela passagem do 10.º aniversário da implantação do serviço de cirurgia Cardiovascular do Hospital Evangélico, em nosso Estado.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor ao eminente Professor Danton Richlin da Rocha Loures, chefe do serviço de cirurgia Cardiovascular do Hospital Evangélico e equipe em comemoração à passagem do 10.º aniversário da

instalação do referido serviço em nossa Capital e que ao longo dos anos realizou 3.458 cirurgias, projetando no cenário médico, graças as suas realizações, o nome do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1981.

a) EDILSON ALENCAR

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Nelson Jorge, DD. Presidente do Instituto de Previdência do Estado do Paraná, solicitando sejam credenciados médicos para Campo Mourão.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. NELSON JORGE, DD. Presidente do Instituto de Previdência do Estado do Paraná, solicitando credenciamento de médicos para a cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1981.

a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão sedia a Micro-Região da COMCAM e é um dos importantes centros de desenvolvimento do Estado, existindo centenas de funcionários públicos estaduais, carentes de assistência médica através do Instituto de Previdência do Estado.

Velha é a reivindicação daquela região para que se credencie médicos e hospitais para dar atendimento aos funcionários do Estado, daí nossa solicitação.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de ofício à Superintendência de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, pedindo providências imediatas quanto às denúncias sobre a atividade de empresa poluidora infratora da legislação vigente sobre a questão.

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de ofício à Superintendência de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente - SUREHMA, pedindo providências imediatas que possam sanar os prejuízos causados à população pela atividade poluidora da empresa ELO ARTEFATOS DE MADEIRA, situada à Rua 3 de Outubro esquina com Rua Santa Rosa, no Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1981.

a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de cópia deste pronunciamento ao Governador Ney Braga.

Senhor Presidente.

Hoje, às 12 horas, assistimos no Palácio Iguaçu, a assinatura de contrato pelo Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga, com a Associação do Núcleo Residencial "Jardim Samambaia" de Paranaguá, contrato este de refinanciamento para as prestações daquele conjunto. O ato contou com a presença do Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, Deputado Federal Norton Macedo, Dr. Rafael Dely, Presidente da COHAB, Diretores do BNH e representantes da Associação do Núcleo Residencial, liderados pelos Srs. Vaine Costa Lima, Presidente, João Agnaldo dos Santos, Vice-Presidente, Ivo Gabriel de Lima e Delcídes Felix de Oliveira, Presidente e membro do Conselho Fiscal.

A medida, sem dúvida alguma, tem significativo e elevado alcance social para nossa cidade, já que vem beneficiar centenas de famílias, não só aquelas que se encontravam em atraso como as demais que tiveram reduzidos os valores das

prestações.

Devemos ressaltar também a situação da COHAB no que diz respeito aos mutuários inadimplentes, muitos dos quais encontravam-se em atraso nas prestações em até três anos, sem que a COHAB tomasse contra os mesmos medidas extremas.

Dessa luta participaram as lideranças políticas do PDS de Paranaguá e contaram desde logo com a simpatia do Governador Ney Braga que gestionou junto ao BNH para que se adotassem as medidas sugeridas pela COHAB, ou seja, o refinanciamento das prestações.

Anexo quadro demonstrativo dos valores médios recalculados para os mutuários em dia e em atraso.

Requer que seja enviado ao Sr. Governador Ney Braga, cópia deste expediente.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1981.

a) NELSON BUFFARA

* Havia famílias em atraso há quase três anos. Em média, os inadimplentes, estavam com 12 mensalidades vencidas.

* Exemplo de valores médios recalculados para mutuários em dia

Tipo	Prestação atual Cr\$	Saldo devedor	Prestação recalculada	Diferença
01	3.580,72	375.056,84	2.750,76	829,96
02	3.853,62	390.871,39	2.895,67	922,55
03	5.232,44	468.385,27	3.895,67	1.336,77

* Exemplo de valores médios para mutuários em atraso - 12 meses

Tipo	Prestação atual Cr\$	Saldo devedor	Prestação recalculada	Diferença
01	3.580,72	428.078,87	3.115,04	465,68
02	3.853,62	447.973,70	3.333,84	519,78
03	5.232,44	546.120,63	4.513,32	718,82

Projetos de Lei.

PROJETO DE LEI N.º 126/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Desembargador ACYR SALDANHA DE LOYOLA.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1981.

a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

Personalidade conhecida e admirada no cenário jurídico paranaense, o Desembargador ACYR SALDANHA DE LOYOLA, nascido nesta Capital, tem-se destacado por sua atuação marcante no Tribunal de Justiça do Paraná, ora como sábio julgador, ora como integrante das diversas comissões especiais, tendo sido membro do Tribunal Regional Eleitoral, do Conselho Superior da Magistratura e do Conselho Penitenciário do Estado, ocupando atualmente o cargo de Corregedor da Justiça.

Procedente das fileiras do Ministério Público, o homenageado notabilizou-se pela brilhante carreira marcada pela tenacidade e sabedoria, percorrida através de diversas comarcas do interior do Estado.

Como se não bastasse sua intensa e profícua atividade como Desembargador, o Dr. Acyr Saldanha de Loyola ainda consegue dar sua inestimável contribuição para a formação jurídica da juventude acadêmica do Paraná, ministrando aulas na qualidade de Professor de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito de Curitiba.

Respeitado nos meios forenses do Estado por sua cultura jurídica, o Desembargador Acyr Saldanha de Loyola é merece-

dor da homenagem que o Estado do Paraná ora lhe presta, como símbolo de gratidão pelos relevantes serviços prestados à nossa gente.

PROJETO DE LEI N.º 127/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “SOCIEDADE ASSISTENCIAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA”, com sede e foro em Rio Negro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1981.

a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços no campo da assistência social à comunidade de Rio Negro, grandjeando-lhe o reconhecimento público municipal pela Lei Municipal n.º 350, de 30/09/81.

Nestas condições é que propomos o reconhecimento público no âmbito estadual, através do projeto de lei que ora apresentamos, e que temos a certeza merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado David Cheriegate.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Nelson Buffara.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 24 do corrente, foi solenemente comemorado o 30.º aniversário da Colônia Entre Rios, com a presença do Governador Ney Braga e de outras grandes autoridades civis e militares, ilustres representantes eclesiásticos e dos beneméritos cónsules da Alemanha, Hans Georg Otto Fein, da Áustria, Erwin Rainer Von Harbach e da Suíça, Robert Wicki.

O marcante acontecimento assinalou o vitorioso resultado do magnífico trabalho de imigrantes Suábios do Danúbio, que, após passarem por terríveis sofrimentos causados pelas forças da potência comunista invasora da Iugoslávia, Romênia e Hungria chegaram em 1951, às terras dos Campos de Guarapuava, dispostos a lavrá-las.

A presença daqueles pioneiros, muitos dos quais conheço desde a minha infância, foi gratificante ao povo que estava radicado na região, pois recebeu deles a transferência de avançada tecnologia agrícola, proporcionando grande desenvolvimento no setor primário da produção.

A manifesta preocupação com a primorosa educação dos seus descendentes e filhos dos trabalhadores nativos se evidenciou pela instalação do modelar Colégio Imperatriz Leopoldina que contou com a ajuda da Áustria, Baviera, Baden Württemberg, República Federal da Alemanha, Associações dos Refugiados de Suábios do Danúbio e da Fundação Leopoldina. Recebeu, também, apoio do Governo brasileiro e do Governo paranaense, para o que o Deputado Federal Igo Losso e nós nos empenhamos dentro das possibilidades.

A área da saúde, por sua vez, tem sido bem atendida por bom hospital, igualmente construído com esforço comunitário.

Dignos de nota são, ainda, outros equipamentos e obras de infra-estrutura, como a pavimentação dos acessos — à qual houve nossa singela participação reivindicatória, escritório da ACARPA, parque de máquinas (inicialmente formado com

contribuição do Governo da Suíça), rede de água, central telefônica (ligada ao sistema DDI), posto do correio, supermercado, agências bancárias, igrejas e núcleos residenciais.

Na área industrial se ressalta a implantação de grande maltaria, capaz de processar anualmente 66.000 toneladas de cevada, para produzir 53.000 toneladas de malte. Este empreendimento, além do aumento de empregos e economia de divisas para a nação, refletirão aproveitamento racional de terras, até agora improdutivas, com o plantio de tipo de cevada especialmente selecionada, beneficiando muito nosso Estado.

Para tão notável progresso, decisiva foi a atuação da Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda.

Esta exemplar instituição, hoje de renome internacional, teve a participação de ilustres homens tais como Michael Moor, René Bertholit, Georg Stock, Sebastian Winkler, Lorenz Helles e Henrich Wolf. Atualmente, conta com excelente equipe de ação, estando na presidência o eminente Senhor Matias Leh

Aos pioneiros, descendentes, trabalhadores brasileiros nativos e líderes comunitários que viveram ou vivem e trabalharam ou trabalham nas aldeias de Vitória, Jordãozinho, Cachoeira, Socorro, Samambaia do Distrito de Entre Rios, Município de Guarapuava, bem como aos que de uma forma ou de outra contribuíram para o engrandecimento das mesmas, prestamos nossa homenagem, rogando a Deus continue a abençoá-los.

Outrossim, para que este registro que fazemos nos Anais históricos desta Assembléia Legislativa tenha maior significado, propomos a este douto Plenário o seguinte requerimento: (Lê.

“Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da presente sessão, um voto de regozijo pelo transcurso do 30.º aniversário da Colônia de Entre Rios, Município de Guarapuava, ocorrido no dia 24 transato.

Outrossim, aprovado este requerimento, requer seja dada ciência da decisão da Casa à Presidência da Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1981.

a) EZEQUIAS LOSSO”

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados

Venho à tribuna para encaminhar um requerimento que submetemos a esta Casa, no sentido de declarar o General Costa Cavalcanti, “persona non grata” do Paraná. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o Poder Legislativo declare o General Costa Cavalcanti “persona non grata” ao Paraná, por sua conduta antiparanaense e suas declarações ofensivas aos interesses de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1981.

a) DENI SCHWARTZ

Apoiamento: TRAJANO BASTOS, RENATO BUENO, GERSONE KIRINUS, FIDELCINO TOLENTINO, CYRO MARTINS, TADEU LÚCIO MACHADO, DARCY DEITOS, MÁRIO CELSO, NELTON FRIEDRICH e FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

O Paraná vem sendo convocado a prestar patrioticamente o papel de grande produtor de divisas para o Brasil, com sua pujante força agrícola. Mesmo assim, na hora da reavaliação de recursos e obras federais, até mesmo o café e o trigo, especialmente, sofrem o impacto da política da União, que pretende deslocar financiamentos e estímulos apenas para outros Estados sem tradição produtora, e sem nenhuma consideração ao

esforço desenvolvido por nosso Estado ao longo dos anos.

O Paraná criou todas as facilidades para que os programas federais se realizassem em seu território, deixando de obter maiores vantagens e compensações. Assim, com estradas, com as universidades, com a Usina protótipo do Xisto em São Mateus do Sul.

Até entregou uma estrada de ferro, a Central do Paraná, para que o Governo Federal a ponha a funcionar dentro dos melhores padrões ferroviários, como está a exigir a redefinição brasileira em favor do transporte ferroviário, fato que até agora não ocorreu. O Paraná, que é o Estado brasileiro de melhores recursos hídricos para energia, tem construído usinas e tem oferecido todas as condições para a implantação de outras, sob direção direta da ELETROBRÁS, sem ter em contrapartida o reconhecimento das autoridades responsáveis da União.

No caso das usinas de Salto Osório e Salto Santiago já o Paraná não pode se conter e entrou em atritos com a ELETROBRÁS, que insistia em desconhecer nossas razões quanto aos desapropriados e quanto a atitude de paridade que deve ter aquela empresa para com o Estado do Paraná. E depois veio Itaipu, um projeto faraônico que acabamos tendo que admitir pelo desenvolvimento complexo das relações federativas e binacionais. E nossas humildes reivindicações não foram atendidas, e nem sequer a Ferrovia da Soja está assegurada, depois de inúmeras promessas do Governo Federal. Agora, além da Usina de Ilha Grande, que deverá inundar área tão grande quanto a de Itaipu, além das usinas no Rio Paranapanema que estão em processo de implantação, teremos novas perdas de terras no Paraná, sem termos participado da construção. Tudo isso temos suportado patrioticamente, mas sempre sentindo nossa marginalização do processo decisório e de construção de obras no Estado, sem aproveitar, para nossa força de trabalho e nossas empresas, as oportunidades que vão sendo criadas.

O General Costa Cavalcanti, Presidente da Itaipu Binacional e da ELETROBRÁS, além de desconhecer inteiramente o papel que vem sendo exercido pelo Paraná no desenvolvimento do País, e os sacrifícios que nos são impostos, vem a público fazer graça com nossa desgraça. Vem ironizar sem verve, nem oportunidade, o nosso esforço em defesa dos nossos direitos.

Suas palavras ofensivas demonstram sua baixa qualificação para exercer postos tão importantes na vida nacional. E o Paraná repele altaneiramente; repele com veemência e brio os destemperos e agravos contra si e a gente paranaense.

E a forma adequada de repelir os abusos do General Costa Cavalcanti deve ser viabilizada através do Poder Legislativo do Paraná, em nome da gente paranaense. É a satisfação que devemos ao povo do Paraná."

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi assim que se comportou o General Costa Cavalcanti, nos últimos dias, quando este Deputado, inclusive, teve a oportunidade de ouvi-lo e vê-lo pela televisão, TV Tarobá de Cascavel, quando ele afirmava, com ironia, que Sete Quedas não pertence a Guaíra, nem ao Paraná, desdenhando assim o esforço, desdenhando assim as reivindicações, não só do povo do Município de Guaíra, mas também, de todos os paranaenses, através das lideranças empresariais, políticas e sociais que se irmanaram de um documento levado à Presidência da República, reivindicando para o Paraná, alguma coisa daquilo que gerará Itaipu e outras usinas.

Por isso, Sr. Presidente, ao nos solidarizarmos com a "Gazeta do Povo", que num editorial da semana passada, que teve o título de uma infeliz posição contra o Paraná, é que nós viemos apelar à Assembléia Legislativa para que desmistifiquemos este homem que pretende até ser Presidente da República, que não só o Paraná tem dono, não só Guaíra tem dono, mas, o Brasil tem dono e como donos deste País, como donos do Paraná, como os donos daquele Município de Guaíra são brasi-

leiros, mais do que o Senhor Costa Cavalcanti, passa a ser considerado pelo nosso Estado, pela Assembléia Legislativa de nosso Estado, "persona non grata" em nosso Estado e que tenha um bom futuro, mas, longe do nosso Estado, que não venha impestar mais este ambiente que foi construído com suor e lágrimas e não venha ironizar o trabalho do nosso povo.—
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupo a tribuna para um registro, que considero oportuno e de justiça. Estive na última sexta-feira, em companhia do eminente Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, Chefe da Casa Civil e o Secretário Fernando Fontana, da Indústria e do Comércio, no Município de Dois Vizinhos, no Sudoeste, onde participei da 1.ª Festa do Avicultor.

Patrocinada pela Empresa Moinhos da Lapa, Grupo Sadia, a festa constituiu-se num evento significativo, reunindo mais de mil agricultores. Certamente, o fato não reuniria em si tanta relevância se não demonstrasse já o interesse das áreas de produção no sentido de diversificar e se não correspondesse já, como um dos setores mais dinâmicos da economia regional, tendo em vista que a produção é quase toda exportada, em cerca de noventa por cento, sendo os países árabes os mais consumidores.

Além disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Empresa Moinhos da Lapa, já está operando 165 aviários, com um programa de expansão que alcançará até o final de 1982 mais 400 aviários. Atualmente essa empresa atua em 6 municípios da Região Sudoeste, contribuindo de forma impressionante para o fomento de uma nova atividade econômica que já começa a produzir resultados positivos. Representa ela, um novo incentivo para o aumento da produtividade e de crescimento econômico na região Sudoeste do Estado e sua importância está, exatamente no sentido da manutenção de novos índices de produção, constituindo-se por outro lado, numa nova opção de renda para o setor da pecuária.

Desejo, assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao registrar o acontecimento, formular cumprimentos à Direção da Empresa Moinhos da Lapa, à sua equipe e todos quantos se enganaram nessa nova atividade, cujos resultados são benéficos, especialmente para o Paraná, que demonstra uma grande versatilidade no setor da produção.

Esperamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a avicultura paranaense, com o apoio da Empresa Moinhos da Lapa, mas acima de tudo com a visão e coragem de nossos produtores, seja um novo fator, vigoroso e atraente, de composição da economia do Estado, e que esta primeira Festa possa ser a precursora de muitas outras que mostrem ao Brasil a pujança de nosso Estado e especialmente da região Sudoeste, que tenho a honra de representar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Hoje, às 12:00 horas, assistimos, no Palácio Iguaçu, a assinatura de contrato, pelo Excelentíssimo Sr. Governador Ney Braga, com a Associação do Núcleo Residencial Jardim Samambaia, de Paranaguá, contrato este de refinanciamento para as prestações daquele conjunto, ato que contou também com as presenças do Prefeito Municipal de Curitiba, Jaime Lerner, Deputado Federal Norton Macedo, Dr. Rafael Delli, Presidente da COHAB, Diretores do BNH e representantes da Associação do Núcleo Residencial Jardim Samambaia, liderados pelos Srs. Wayner Costa Lima, Presidente; João Aguinaldo dos Santos, Vice-Presidente; Ivo Gabriel de Lima, e Delcídes Peres, do Conselho

Fiscal. A medida, sem dúvida alguma, tem sentido social do mais alto alcance, já que vem beneficiar centenas de famílias não só aquelas que se encontravam em atraso, como as demais que tiveram reduzidos os valores das prestações. Devemos salientar, queremos ressaltar também, a atuação da COHAB no que diz respeito aos mutuários inadimplentes, muitos dos quais encontravam-se em atraso nas prestações, em até 3 anos, sem que a COHAB tomasse, contra os mesmos, medidas extremas. Desta luta participaram as lideranças políticas do PDS de Paranaguá, e que contaram desde logo com a simpatia do Governador Ney Braga que gestionou, junto ao BNH, para que se adotassem as medidas sugeridas pela COHAB, ou seja, o refinanciamento das prestações. Nós anexamos a este expediente, um quadro demonstrativo dos valores médios recalculados, para os mutuários em atraso e, para que os Srs. Deputados tenham uma idéia: - os que pagavam anteriormente três mil, quinhentos e oitenta cruzeiros mensais, passarão a pagar dois mil, setecentos e cinquenta cruzeiros; isto, no índice II, os que pagavam três mil, oitocentos e cinquenta cruzeiros, passarão a pagar dois mil, oitocentos e noventa cruzeiros; índice III, os que pagavam cinco mil, duzentos e trinta cruzeiros, passarão a pagar três mil, oitocentos e noventa e cinco cruzeiros, com reduções significativas nesse plano de recálculo que foi feito.

É nosso dever, é nossa satisfação, neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mostrarmos à nossa gente, estima e profunda gratidão - eu falo em nome do povo de Paranaguá, principalmente dos moradores do Jardim Samambaia, que são os maiores beneficiados por essa medida - então, eu quero agradecer ao grande artífice dessa jornada vitoriosa, que é o Governador Ney Braga. Sem ele, não sei se conseguiríamos, se conseguíssemos o que seria num futuro muito remoto, e não levaria tranqüilidade aos moradores daquele Jardim Samambaia como efetivamente hoje foi levada, graças à ação imediata do Governador Ney Braga.

É este o nosso requerimento, é esta a nossa satisfação externada neste momento, desta tribuna, com grande aplauso ao grande responsável por este fato de elevado alcance social, que é o Governador Ney Braga.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Nação inteira, Sr. Presidente, respirou aliviada quando o Congresso Nacional, dando uma demonstração de maturidade política e que, está efetivamente interessado no revigoramento do regime democrático neste País, quando votou na semana passada, maciçamente, 217 Deputados presentes, 216 votaram contra a instituição da sublegenda para Governadores de Estados.

Sentiu-se, nos contatos com a sociedade, com todos os segmentos da sociedade, sentiu-se que, renovou a esperança do povo brasileiro e, sobretudo, das camadas mais conscientes com os compromissos da institucionalização do regime democrático no Brasil. E houve até, Sr. Presidente, quem dissesse que estava se inaugurando, no Brasil, uma fase nova do marco da independência e da própria soberania dos cidadãos. Logo se vê, Sr. Presidente, que o Congresso Nacional representa efetivamente o desejo e a aspiração de toda a Nação brasileira, e hoje, Sr. Presidente, estamos observando as objetivas e as

vistas de toda a Nação também voltada para o Congresso Nacional. É que deverá apreciar mais um pacote do Governo, o chamado "pacote da previdência social".

Sabe-se, Sr. Presidente, que a cerca de 10 anos atrás, a previdência social do País tinha dinheiro aplicado inclusive em "open market" e que depois dessa derrocada de erros cometidos pelos setores econômicos dos Ministérios, a Previdência Social mergulhou no mais estranho dos caos, criando inclusive uma situação muito grave para a sociedade, sobretudo para os aposentados, porque a Previdência no Brasil, Sr. Presidente, nesta decadência indiscutível que está, começou a criar problemas de natureza psicológica e psico-social, porque os aposentados, no desassossego, começaram a fazer movimentos a nível nacional e hoje já existe organizadamente em vários Estados, associações que abrigam todos os aposentados que têm o interesse na estabilidade de sua situação depois de deixar o emprego ou depois de cair na inatividade.

Concluo, Sr. Presidente. Espero, Sr. Presidente, como ocorreu no caso da sublegenda, que o Congresso Nacional e especialmente os Deputados com investidura da Nação brasileira, indistintamente de partidos políticos, conquanto esperamos a participação de uma minguada minoria dissidente do PDS, para votar contra o "pacote da previdência social". Não é por culpa dos contribuintes da Previdência que há este caos enorme neste setor da vida brasileira.

O que existe, Sr. Presidente, é uma indiscutível falta de capacidade de administrar os negócios públicos neste País e está provado aí na Previdência também, que a incompetência dos homens que mandam hoje nesta Pátria está levando o País ao desespero, à angústia social e às encruzilhadas sem saída.

Espero que o Congresso mais uma vez hoje dê uma demonstração de maturidade para este momento presente, repelindo liminarmente a proposta do Governo.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença neste Plenário, do Sr. Aníbal Ribas Cramer, Presidente do setor jovem do PMDB de Guarapuava.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebemos, nesta tarde, quando dialogávamos com o Deputado David Cheriegate, um desafio que queria que ficasse registrado nos Anais da Casa, onde ele dizia que queria ver as nossas votações em Carlópolis, onde indebitamente ele está procurando nos atingir, está procurando fracionar mais uma vez o nosso Partido. E como não somos homens de ter medo, queremos que fique registrado, neste instante, neste momento, em sua presença, para que se veja o resultado das eleições futuras de Carlópolis.

Toda vida aquele povo bom, generoso e altaneiro, nos deu a maioria de votos. Pediria ao Deputado David Cheriegate que cuidasse de sua Região, que cuidasse da sua Cascavel, que amansasse a sua cobra. Porque por dissabores, por desavenças, já perdemos o grande Deputado Renato Bueno. Agora, nós sabemos o que queremos, sabemos quando estamos sendo traídos, sabemos de uma ingerência indébita de um homem que não teve um voto em Carlópolis e vai na Secretaria da Saúde para tirar fotografia com o Prefeito, quando um convênio é elaborado com a nossa autorização, porque a liderança de Carlópolis pertence ao nosso povo, à minha facção.

Se fora o Deputado Aguinaldo Pereira Lima que era o candidato do Prefeito, nós estaríamos unidos e não viríamos a esta tribuna. O que diríamos unicamente ao Deputado David Cheriegate, que pare de dividir o Partido, que pare porque nós não temos medo. Carlópolis, dista 700 km de Cascavel, é o Paraná e é a traição, é fracionamento, é o Deputado Renato Bueno sentado na outra bancada. É isto que é Carlópolis, é este que é o Paraná, este é o ponto de vista de Vossa Excelência.

Nós não somos de mandar dizer. E eu perguntava a Vossa Excelência se é o Paraná, então, quantos votos teve Vossa Excelência em Carlópolis? Qual é a consideração com a bancada do seu partido? Então, Sr. Presidente, queria fazer um apelo às lides da minha bancada e do meu partido, que ainda é tempo de salvar o barco dos maus timoneiros, dos homens que não têm coragem de enfrentar, dos homens que procuram alijar o Renato Bueno do nosso Partido, dos homens individualistas, dos homens que não têm condições de ganhar eleição na sua terra e com ingerência indébita, vão se imiscuir em outras plagas.

Agora lá, Sr. Presidente, se ele tiver a felicidade de voltar novamente, ele vai ver a lavada que ele vai levar lá em Carlópolis. Porque, pessoa que trai uma vez, trai segunda e terceira.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença neste Plenário, do Sr. Gilberto Agibert, ex-Prefeito de Prudentópolis e do Sr. Gilvan Agibert, Presidente do setor jovem do PMDB naquele município.

Encerrado o Pequeno Expediente, para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Previdência Social no Brasil, é administrada às cegas, apesar dela possuir o melhor sistema de processamento de dados do País - a DATAPREV — não tem a mínima idéia de quantas pessoas ela vai aposentar o ano que vem ou no próximo mês. Não sabe quanto vai arrecadar, nem quanto vai gastar no próximo ano.

O que isso mostra, Sr. Presidente, claramente, que os problemas de caixa são consequência e não causa. São consequência da incompetência administrativa da Previdência Social nesta terra de cento e vinte milhões de brasileiros.

Hoje, Sr. Presidente, o futuro de pelo menos cinco milhões de brasileiros, que deram a vida para construir este País, está nas mãos do Governo e nas mãos da bancada situacionista com assento no Congresso Nacional. Hoje os aposentados do Brasil esperam que do Congresso não saia decisão que decretará mais alguns milhões de deserdados. Hoje está sendo votado, naquela Casa, o pacote previdenciário que vai buscar nos ridículos e sub-humanos proventos dos aposentados a cobertura para o seu futuro, o furo da incompetência administrativa.

Hoje estes brasileiros recebem a recompensa por terem trabalhado 30, 35 ou mais anos para o engrandecimento deste País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, passa pelo Congresso Nacional, nesta data, uma das mais importantes matérias dos últimos tempos. Uma questão que tem nos aposentados, sinônimo de esquecidos neste País.

O Governo pretende tirar destes brasileiros uma parte dos aumentos a que têm direito e mais, tirar daqueles que voltarem a trabalhar justamente por não terem como sobreviver com a aposentadoria uma grande parcela, cerca de setenta e cinco por cento.

Há milhares de aposentados acampados em Brasília desde esta manhã. Somente de São Paulo foram oitocentos aposentados. Mostram ali, no fogo da luta parlamentar, que não podem aceitar por uma questão de dignidade perder os seus direitos históricos. Protestam porque se sua luta tem sido para conquistar melhores condições de vida, mais respeito ao seu direito de morrer com honradez, a resposta não é outra senão um assalto aos seus ganhos.

São hoje mais de cinco milhões vistos como trastes da sociedade brasileira, como objetos que de muito usados já não prestam mais, como moeda que perde o seu valor. Aqui no Paraná como em todo o Brasil, estes homens que preferem voltar a trabalhar para merecerem um pouco de respeitabilidade dentro da própria família, estão se organizando, tomando atitudes própria daqueles que no verdor da vida gritam, vãoam, e exigem que o Governo retire o seu projeto e parece que o Governo, até o presente momento, faz ouvidos moucos, Sr. Presidente.

Estes homens cuja maioria iniciou a batalha pela sobrevivência nos negros anos do pós-guerra, ou mesmo antes dele e ainda na adolescência, não se conformam em serem transformados de um momento para outro em instrumento de medidas monetaristas, que na realidade tem como único objetivo dar sustentação financeira a este Governo. Desatento o Governo, se por um lado perderá sem dúvida a sustentação política. Astuto o Governo, se por outro lado lança sobre esta categoria afastada da força de trabalho o ônus da sua responsabilidade gerencial e administrativa. Devem imaginar os homens tecnocratas que comandam este Governo que bem joga com as forças sociais com o poder de mobilização dos aposentados que nem sequer podem parar com a produção utilizando-se do expediente máximo entre suas conquistas, que é a greve.

É sobre estas bases e pesando a força do adversário que o Governo joga-se a mais este embate. Assim vai provando, no dia a dia da administração da crise brasileira, quanto o desgoverno se afasta de seu povo e quanto será, num futuro breve, a moeda que virá de troco. A Previdência, Sr. Presidente, nada mais é do que uma conquista dos trabalhadores diante da necessidade de ter seguridade após dezenas de anos trabalhados.

É necessário lembrar que toda a estrutura que foi montada anos e anos a fio, é de propriedade daqueles que contribuem para o crescimento da Nação brasileira.

O Governo especialmente neste caso, é mero gerente do dinheiro que sai mensalmente dos salários dos empregados e do recolhimento dos empregadores. Apesar desta afirmação ser verdade incontestável, o próprio Governo ironicamente reconhecê-la, se transforma, de um momento para outro, em algoz dos aposentados. E por que?

É público e notório que nestes últimos anos, quando a burocracia tomou conta deste imenso País, que um verdadeiro poço sem fundo foi sendo cavado; obras de incalculável valor foram construídas com o dinheiro público, obras faraônicas, obras que não condiziam com o estágio de desenvolvimento que atravessávamos e que atravessamos. Uma dívida interna impagável do Governo para com as empresas privadas foi crescendo com o fermento da inércia administrativa e uma dívida externa que já chega às raíais do absurdo, pelo nível de desenvolvimento que atravessamos, Sr. Presidente.

Nos raros momentos em que este monstro que se constitui a Previdência pode demonstrar balanços positivos, o dinheiro acabou justamente nestas obras que afundavam o País.

A corrupção envolveu dezenas, centenas e porque não dizer milhares de nomes ligados às altas patentes que campeiam

nesta República. Só para citar uma, só para ver de como é manipulada a verba da Previdência Social, no Ceará, o guarda-costas do ex-Governador daquele Estado, César Cals, hoje Ministro das Minas e Energia, o seu guarda-costas, o Sr. Valdetério José de Alencar, foi nomeado Secretário da Administração do IAPAS, sem nunca saber o que era Previdência Social. O que demonstra claramente que sempre os cofres públicos foram usados, nesta Nação, para interesses políticos e interesses de quem está a comandar o Poder nesta Nação.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Darcy Deitos, se soubesse que Vossa Excelência iria abordar o tema da Previdência com tanta propriedade, teria deixado meu modesto pronunciamento para fazer apenas um adereço de seu pronunciamento. Mas agradeço sua gentileza ...

O SR. DARCY DEITOS — Vossa Excelência também é um emérito conhecedor do problema previdenciário brasileiro.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Mas Vossa Excelência aborda, com muito respeito e propriedade, esta problemática da Previdência Social. O que é a Previdência Social?

A Previdência Social é a organização do País para trazer proteção aos cidadãos que, no curso das respectivas vidas, entregaram o seu trabalho, a sua dedicação, a sua juventude, para somar no esforço de construir um País sólido, soberano, independente e deles mesmos. Só que, nesta infernal burocracia que estamos vivendo, sobretudo nestes últimos vinte anos, temos assistido a decadência vergonhosa da capacidade de gestão dos negócios públicos.

Já se fala, sem nenhum constrangimento, que a Previdência Social é um dos fatos mais indiscutidos deste País, que reflete a maior incompetência do Governo. Quando falta dinheiro, eles acrescentam uma taxa aos ganhos dos trabalhadores. Isto é imposto de renda, não é previdência social.

O que querem fazer? Tributar mais ainda o contribuinte. Porque a previdência está nas bordas de um déficit orçamentário da ordem de 213 bilhões de cruzeiros. Quando nós sabemos que há coisa de 10 anos atrás, a previdência aplicava dinheiro em "Open Market". E na gestão deste Ministro Jair Soares, que tanta demagogia fez em filas de INPS, saia por aí de manhã, com um bando de assessores, a fazer demagogia; mas atrás, estava toda uma staf da televisão para refletir uma pseudo preocupação do Governo. Deputado Darcy Deitos, este País realmente deixa dúvida quanto à sua seriedade. Aliás, não o País, os seus administradores. Seriedade moral. O que está precisando neste País, é fazer - e eu já tenho dito aqui, Deputado, aproveitando a previdência social, pegar os médicos que só fazem benzimento, naqueles que procuram assistência e transformar isso em cirurgia. Mas, uma cirurgia jurídica neste País. Fazer uma modificação nas suas entranhas. Extirpar do seu interior, toda esta sujeira que está acontecendo na administração pública. Isto não é segredo para ninguém. Nós precisamos que o povo brasileiro possa falar, possa refletir o seu descontentamento, o seu desalento, a sua desesperança

nas urnas; e quiçá isto aconteça. Daí nós vamos ver quais os caminhos que a futura previdência vai tomar. Porque o Governo não merece credibilidade nacional. As suas metas só sufocam a economia popular. E a sua prepotência indis põe a Nação,

contra o Estado.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

Vossa Excelência disse muito bem, a crise é moral. É esta a crise que semeou o grande furo da previdência social neste País. Esta é a crise, que lança, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, sobre os aposentados de hoje, o peso dos erros, dos anos e anos de negociatas com o dinheiro público. É a incompetência administrativa deste Governo. E o que a gente viu nestes anos todos? O que a gente viu? E que nenhuma medida judicial de efeito, veio dar aos corruptos, aos ladrões, aos maus gerentes, a responsabilização necessárias, e que eles fossem acionados e devolvessem aos cofres públicos, o que eles tomaram que era de fato e de direito do povo.

Porque veja Vossa Excelência, Deputado, o déficit da previdência, no primeiro quadrimestre de 79, quando assumiu o Sr. Jair Soares, era em torno de 10 bilhões de cruzeiros. Um ano depois, esse déficit, no mesmo quadrimestre subiu para mais de 70 bilhões. O que demonstra claramente que sempre o dinheiro do povo é usado em grandes negociatas. E infelizmente o Parlamento como poder efetivo, de poder fiscalizar, não tem mais poder neste País, que o movimento de 64 tirou. Então vemos que nada mais nada menos pode-se fazer, a não ser usar as tribunas e denunciar, com as forças que restam aos partidos de oposição neste País, e denunciar alto e bom som, que a corrupção e que só através de eleições livres, legítimas, e diretas e democráticas, é que o povo poderá sanar estas irregularidades e colocar os corruptos no seu devido lugar.

No entanto, Sr. Presidente, é por isso que os aposentados, mesmo sem a força que a juventude imprime aos homens, estes sexagários, estes septuagenários, ainda vão a Brasília para protestar, vão lutar por seus direitos, sabem que somente a organização, que somente mostrando a sua força, é que a impopularidade deste Governo ficará patente.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Darcy Deitos, nesta guerra toda da previdência, este Deputado e na mente deste Deputado, persiste uma dúvida muito cruciante. Tenho por norma procurar saber o que existe por trás de alguns fatos e francamente eu acho que até nós ainda estamos batendo na cobra, no seu rabo e não na sua cabeça.

O Sr. Jair Soares credenciou três vezes mais hospitais no Rio Grande do Sul, e por interesses meramente eleitoreiros, não descobriu uma corrupção no Rio Grande do Sul, e o Paraná, para ele, é um antro de corruptos. É interessante que o Paraná é o único Estado que tem corrupção.

Há um ano atrás, o Deputado Lázaro Dumont dizia que, nesta Casa, e mostrava por dados que para o Paraná vem menos recursos do INAMPS do que arrecada, enquanto que para o Rio Grande do Sul a situação se inverte.

Por interesses meramente eleitorais e por uma eleição de fato, está aí o Sr. Costa Cavalcanti repudiando sobre o paranaense, e por isso mesmo eu tenho procurado saber o que é que está por trás de toda esta crise social.

Além, é lógico, da crise da falta de vergonha, que já é tradicional nos governantes, eu acho que a crise mais séria é que nós estamos no caminho, fomos programados, o Sr. Jair Soares roubou, foi programado para dar passos importantíssimos para acabar com a previdência social no Brasil.

De fato, aí está, ele foi programado para gerar esta crise, para que, gerada esta crise, se possibilite às multinacionais entrarem no mercado da saúde brasileira.

Parece que aí nós começaríamos a desfiar realmente a situação, desfiar realmente os por quês desta crise.

Sr. Deputado, então vejamos. Bastou falar em crise, começaram alguns arautos a falar em previdência particular. Que triste memória quem neste País não foi logrado ainda pela previdência particular, meu Deus do céu. As arapucas armadas nas bases de militares aposentados, está aí para todo mundo ver. O roubo dos montepios da família militar, o roubo do GBOEX, o roubo está aí para todo mundo ver.

Então, o que se está preparando, ele foi programado, o Sr. Jair Soares, para gerar uma crise na previdência social, para que então pudesse ser implantado no Brasil aquilo que está em crise, que são os institutos de previdência particulares, geridos por militares.

Aí é que está o nó do problema, e em segundo lugar no setor da saúde, o que se pretende é desmoralizar a saúde da previdência social, para então as multinacionais entrarem com seus programas de assistência médica, ou é mentira que já está na praça um monte de planos para sugar o povo brasileiro, e todos eles mancomunados com multinacionais.

Então o Sr. Jair Soares, muito bem programado — nesta era é muito fácil programar pessoas — está levando à falência a Previdência Social, para ser reimplantado no País aquilo que já está desmoralizado, e que é a previdência particular.

Estão aí os montepios, os "GBOEX" e toda essa caterva, esse rol de corruptos que estão a roubar o povo brasileiro.

Os funcionários públicos, por exemplo, têm em suas folhas de pagamentos, uma infinidade de descontos. E onde estão os benefícios? Onde está o dinheiro de todos esses montepios?

Desmoralizados então, programaram o Sr. Jair Soares, e daqui a pouco, esses montepios conseguirão ser melhores do que a Previdência Social Estatal, desmoralizada. E, de outro lado, a parte da Medicina. E parece que aí está a programação dada — como foram programados o Sr. Roberto Campos, o Sr. Bulhões, para acabar com a economia brasileira, transformá-la em uma economia internacional.

Enquanto isso não for dito, o Sr. Jair Soares é apenas um robô programado por um robô maior, o Sr. Figueiredo, que alias foi talvez reprogramado nos Estados Unidos. E enquanto isso não for dito, com todas as letras, ficamos aí acusando um médico que operou de apendicite uma pessoa que estava morta há 10 anos.

Isso não vai levar a nada.

○ SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado Deni Schwartz, Vossa Excelência abordou um ponto fundamental e que, dentro do meu posicionamento, chegaria até lá.

Vossa Excelência deu o gancho de que a coisa, efetivamente, é programada. Porque a Previdência Social, nobre Deputado, o sistema brasileiro de Previdência Social, como a da maioria dos outros países, não acumulou reservas para enfrentar dificuldades emergenciais. O que tem sido arrecadado é totalmente gasto com o pagamento de benefícios, em parte para os trabalhadores, em assistência médica e com alguns benefícios que deveriam ser da alçada exclusiva do Governo e que são transferidos para a Previdência Social. E a coisa é programada exatamente para deteriorar as finanças da Previdência e se voltar às arapucas dos montepios militares da vida, que lograram, nesta Nação, milhares de brasileiros.

Porque veja Vossa Excelência, no ano passado, de 23 Estados, apenas cinco arrecadaram mais do que gastaram: São Paulo, Brasília, Acre, Amazonas e o nosso Paraná. O Paraná deu superavit. Mas, no entanto, na hora de se descobrir os corruptos, não vão ao Rio Grande do Sul, não vão lá no Nordeste, onde existem verdadeiras quadrilhas comandadas por

políticos situacionistas, para descobrirem que lá também existem corruptos. Vêm aqui no Paraná, onde descobriram alguns indícios e alguns hospitais foram descredenciados.

Será que só aqui no Paraná — que teve superávit — que tem corrupção? E naqueles que gastam muito mais do arrecadado como o Estado do Rio de Janeiro, onde o déficit entre receita e despesa é de mais de sete bilhões de cruzeiros?

Então, nobre Deputado, vê-se que a incompetência, como foi acontecer com todo nosso processo econômico, mostra que as crises são dirigidas. Há uma alta competência de um poder constituído nesta Nação, para nos conduzir ao caos, ao abismo e só permanecerem com as benesses, os apaniguados do poder.

No entanto, eminente Deputado, na tarde de hoje e na noite de hoje, nós homens democratas do Partido do PMDB, como de outros partidos da Oposição com assento no Congresso Nacional, esperamos que os homens do Governo, que os homens do PDS lá compareçam e votem e rejeitem este monstro desse "pacote" que vai liquidar com o trabalhador brasileiro.

O Sr. Gilberto Agibert Filho — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Antes de qualquer coisa, quero cumprimentar o nobre Deputado pelo excelente pronunciamento que faz hoje a esta Casa, e ao mesmo tempo dizer que Vossa Excelência tem trazido realmente, muitos assuntos interessantes e problemas que realmente vêm acontecendo por este nosso País, com muita gravidade.

E hoje, com muita felicidade, Vossa Excelência aborda o problema da Previdência Social. Eu, praticamente, não posso colocar coisa alguma sobre o seu grande — mas grande mesmo — pronunciamento.

Somente digo o seguinte: que a Previdência Social vai tão que, enquanto o Presidente Figueiredo vai a Cleveland, nos Estados Unidos, fazer uma "cineangiocoronariografia", eu fui, na semana passada, chamado às pressas a um hospital de Curitiba, para ver se podia pagar do meu bolso, um certo medicamento, porque o INPS não tinha ordem ou não dava ordem para o hospital pagar esse tipo de medicamento, que, se não fosse ministrado no paciente, ele não viveria, teria no máximo 24 horas de vida. E eu me dispus, gastei não sei se 30 ou 40 mil cruzeiros, e o moço hoje esta salvo, curado, feliz com seus quatro filhinhos.

Então, se não houvesse um conhecimento prévio entre ele e eu, talvez hoje aquele moço estivesse morto e seus quatro filhos, sendo que o mais velho tem seis anos, estariam órfãos.

Então deixo aqui apenas uma pergunta: será que, perante Deus, o Figueiredo, o General Figueiredo tem mais valor que esse moço?

Só isto, nobre Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — Eminente Deputado Gilberto Agibert Filho, agradeço as palavras elogiosas que Vossa Excelência dirigiu à nossa pessoa, agradecemos e incorporamos o aparte de Vossa Excelência ao nosso modesto pronunciamento, que mostra claramente que, os homens públicos deste País, os homens que detêm o poder e gastam o dinheiro do povo como eles querem, sem prestar contas a ninguém.

E concluo dizendo o seguinte, Sr. Presidente: que esperamos que a Oposição tenha forças para derrubar o projeto que será votado hoje no Congresso, que faça como fez com o instituto da sub-legenda, e que faltou fôlego às Oposições que não mediram esforços nestes últimos dias e que não esgotaram seus argumentos para convencer o Governo do erro que comete, sabemos até que existem áreas do próprio Governo que reconhecem a impopularidade do projeto, assim nos unimos e esperamos que todas as Oposições lá compareçam e que, os homens

de idéias claras do PDS lá compareçam e rejeitem, porque com essa rejeição será mostrado que, de erro em erro, Sr. Presidente, cai a máscara deste desgoverno, que desgoverna este País nestes longos e sofridos 17 anos.

Eu agradeço. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa registra, com satisfação, a presença neste plenário, do Sr. Vereador Nelson dos Santos, do PDS do Município de Bandeirantes.

A Mesa lembra também aos Srs. Deputados, que hoje, às 17:00 horas, será celebrada Missa de 7º Dia de falecimento do Professor Marcos Augusto Euriatti, na Capela deste Poder, e a seguir haverá entrega póstuma do Título de Cidadania Honorária aos seus familiares.

Concedo a palavra no Horário do PMDB, ao Sr. Deputado Gemote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Presos há quase dois meses, os padres franceses Aristides Camio e François Gouriou, estão sendo ameaçados de expulsão do País.

São acusados de insuflar a revolta entre os camponeses da região do Baixo Araguaia, no Estado do Pará. Pese a reflexão de que em nosso País, trabalham no campo mais de 21 milhões de camponeses, destes quase 16 milhões que não possuem nenhum pedaço de terra e cerca de 2,6 milhões tem terra insuficiente e pouco produtiva.

Outrossim, pasma a informação de que mais de 20 milhões de hectares de terras, de nossas melhores terras, diga-se logo, foram vendidas a pessoas ou a grupos estrangeiros.

Os dados que agora apresentamos são insuficientemente claros e por si só explicam porque já sobe a quase mil os conflitos pela posse da terra em todo o País, conforme denúncia da CNBB.

O Baixo Araguaia, nos Estados de Goiás, Pará, Maranhão, Mato Grosso, é uma das regiões mais conflagradas. Provenientes em sua imensa maioria dos Estados do Nordeste, habitam a região cerca de 15 mil posseiros. Os missionários desenvolvem a sua ação pastoral desde 1978. São aproximadamente 250 km². localizados na área do Projeto Grande Carajás, extretamente ricos em minério de ferro, além de outros minerais.

Grandes grupos estrangeiros deitam a sua cobiça sobre aquela área e pretendem investir quase 65 milhões de dólares, equivalente à nossa atual dívida externa.

O GETAT — Grupo Executivo de Terras do Araguaia, Tocantins, age como uma espécie de interventor na área. Criou-se portanto, uma nova área de segurança.

A mando de grandes latifundiários, a Polícia Federal e o GETAT tentam intimidar os posseiros, impondo-lhes violências e violentas repressões. Os conflitos na região atingiram uma gravidade sem precedentes.

Áreas cultivadas são queimadas, posseiros são presos, torturados, lavradores são assassinados. Tudo é feito para forçar os agricultores a abandonar uma das regiões do Brasil mais ricas em minérios e assim, limpar a área, aquele pedaço riquíssimo de chão brasileiro, de brasileiros, para introduzir os estrangeiros, mas os camponeses, assim como os índios na antiguidade, no tempo do Brasil-colônia, resistiam aos invasores, assim hoje pobres camponeses brasileiros vêm reagindo com bravura às intimidações, chegando mesmo ao enfrentamento com armas.

Os fatos nos dizem, nos relatam episódios cruéis e tristes.

A mando de Juraci Teixeira, Deputado do PDS goiano, o capataz de sua fazenda incendiou a roça do posseiro Domingos de Aberó, em Centro Novo, no Castanhal Guanabara, para expulsar os agricultores. O fogo durou mais de vinte dias e se espalhou por cerca de 600 alqueires, queimando sítio de cacau, café, bananais, roças e plantas. Em um conflito ocorrido

em meados de agosto, entre posseiros e jagunços, morreu o referido capataz. Hoje, treze posseiros de São Geraldo do Araguaia estão sendo enquadrados na Lei de Segurança Nacional, acusados de assassinato, juntamente com os padres Aristides Camio e François Gouriou, acusados de terem incitado os lavradores.

Este processo é mais uma peça do vasto complot que se arma na região do Baixo Araguaia, e se estende até Belém, objetivando a expulsão dos agricultores da região, uma das mais ricas em minérios do País, para que a entrega a grupos estrangeiros se torne mais fácil.

Estão querendo retirar os brasileiros para facilitar o entreguismo deste Governo.

Em sua encíclica LABORENS EXERCEREM, o Papa João Paulo II, afirmou que a Igreja não considera "absoluta e intocável" a propriedade privada.

Pelo contrário, diz Sua Santidade que frisou "o contexto mais amplo do direito comum de todos usarem os bens da Criação inteira: o direito da propriedade privada como subordinada ao direito do uso comum, ao destino universal dos bens".

Diversas altas autoridades eclesiásticas de nosso País, vêm afirmando a necessidade de uma reforma agrária para acabar com os conflitos que estão lavrando dentro do Brasil e criando animosidades. Como declarou recentemente Dom Avelar Brandão, Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil. Em recente documento, a CNBB afirma: "é necessário, em nosso País, dar prioridade às condições de vida das populações de baixa renda, que mais sofrem as dificuldades da atual crise".

Enquanto isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por defender esta mensagem de Cristo, os padres Aristides Camio e François Gouriou, são jogados na prisão, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, porque neste Governo falta coragem para enquadrar os Bispos e o Papa que declarou esta mensagem por primeiro. E agora, ameaçados de expulsão do País. A arbitrariedade cometida contra esses sacerdotes, é fruto do ódio do Governo contra a ação deles, que sempre se pautou pela defesa dos posseiros, contra as violências governamentais e dos grileiros, para defesa dos mais pobres, sempre se postou dentro da linha assumida pela Igreja, que é de colocar-se ao lado dos sofridos, dos mais pobres.

Como se fosse a Igreja que promoveu nos últimos 17 anos a pecaminosa concentração fundiária, expulsando os agricultores em virtude da grave situação de miséria que hoje vive o campo.

Dia a dia, a Igreja percebeu o engodo que foi a Revolução de 64, que, à custa da repressão e violência contra "O Povo de Deus", gerou fome e miséria, trazendo mais corrupção e inflação. A crise é consequência das opções feitas pelo Governo e pela dita "Revolução de 64" — afirmou recentemente Dom Mauro Morelli, Bispo de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

O que amedronta o Governo e os parasitas que se locupletam às custas da miséria do povo, é a firme e corajosa posição da Igreja, contrária "a estas vilanias que visam manter a situação de prioridades favorecedoras às classes de alto rendimento. Inclusive, mediante formas requintadas de corrupção e suborno, em direta oposição aos direitos do povo", conforme explícita o próprio documento — "Reflexões Cristãs Sobre a Conjuntura Política da CNBB".

Então perguntamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que é que vem ameaçando a segurança nacional, de fato? Serão esses pobres posseiros que estão inclusive defendendo o Brasil das invasões estrangeiras coordenadas por este Governo entre guisa? O que vem ameaçando a segurança nacional não é a ação do missionário, da Igreja, no Baixo Araguaia, ou em qualquer parte do País. O que ameaça a segurança nacional, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é ação nefasta de parasitas nacionais e estrangeiros, dispostos a tudo para se apossar da imensa riqueza mineral do Carajás e de toda a região do Baixo Araguaia. É isso

que é uma ameaça para a segurança nacional.

Está na hora de rever os princípios dessa segurança nacional. O que ameaça a segurança nacional, é a submissão do Governo aos interesses alienígenas, ao Fundo Monetário Internacional, e não pobres missionários que estão defendendo posseiros que foram aviltados, massacrados, torturados e assassinados. E, diante da solidariedade que vem recebendo dos mais diferentes setores da sociedade brasileira, aqueles religiosos Aristides Camio e François Gouriou, não podem ser considerados como uma ameaça ao povo brasileiro. Porque é o próprio povo brasileiro que se manifesta em telegramas, em votos de solidariedade e nesta Casa também um requerimento com o consentimento da Bancada do Governo, tenho certeza, haveremos de prestar solidariedade a estes padres.

Antes de se tornarem uma ameaça, eles estão sendo e sempre foram uma bênção a milhares e milhares de posseiros no Estado do Paraná.

Apelando portanto ao bom senso e ao espírito democrático do Presidente Aureliano Chaves, no sentido de libertar os religiosos para que possam continuar na sua missão sagrada, na sua missão sacerdotal, os padres Aristides e François não merecem o tratamento que estão recebendo num País que diz estar marchando para a democracia.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Gernote Kirinus, novamente, se nós formos à origem disso aí, veremos como os tempos são outros. A única referência já feita oficialmente a um ex-Presidente, João Goulart, desde 1964, foi quando se criou o GETAT, que pela primeira vez, depois de 64, na justificativa que o criou, e que foi cópia "ipsis literis" da criação do GETSOP, pelo falecido Presidente João Goulart, pela primeira vez o nome de João Goulart foi citado desde 1964. Porque se copiou totalmente e até as justificativas.

Então, ficaria muito e teve por bem o tecnocrata de dizer, isto aqui já foi feito no tempo do "Seu" João Goulart, no Sudoeste do Paraná.

Neste particular, sou um pouco testemunha da história, e vejam como os tempos mudaram.

Naquela época, em 1961 e 1962, o Governo Federal estava na mão do PTB e o Governo Estadual na mão do PDC. E, com toda a divergência que havia politicamente, não houve problemas para que o Sr. João Goulart e o Sr. Ney Braga então firmassem um acordo para resolver o problema de terras lá no Sudoeste.

Veja a diferença de hoje e imagine o Sr. Figueiredo tendo às suas costas o Passarinho, querendo firmar um convênio com Alacid Nunes. Veja a diferença.

Mas, o mais importante, é que naquela época com um Presidente Civil, os civis da área ainda traumatizados pela Polícia do Lúpião, exigiram e exigiam a presença do Exército. E para lá se deslocou a Segunda Companhia de Infantaria, que era sediada em Ponta Grossa; para lá se deslocou também o Segundo D.L., também de Ponta Grossa, e um Destacamento do Quinto Batalhão de Engenharia, para auxiliar a população que pedia que lá fossem. E, na presidência do GETSOP, eram militares; o Presidente era civil. Mas eram militares porque o Exército, naquela oportunidade, tinha uma moral muito grande sobre o povo e o povo só acreditava no Exército porque a polícia até há um ano atrás, dois anos atrás, era a polícia de Lúpião.

Veja como mudou o tempo. Agora, está lá o Capitão Curio, que por sinal passou e deveria ter aprendido e aprendeu, porque ele, à época, também passou em Francisco Beltrão, lá no Sudoeste, não aprendeu a lição. Hoje, o Sr. Curio lá é detestado. O Exército, em 62, era amado.

E eu que tive a fortuna de ter sido chefe daquele Ser-

viço durante seis anos e representante do Governo do Estado durante outro tanto do primeiro dia de existência do GETSOP até o último dia fui um dos seus integrantes, tive a felicidade portanto, de ser — repito — uma testemunha da história. Nunca houve um caso com um padre, porque os padres apoiavam o GETSOP.

Veja como mudaram os tempos. Agora nós estamos vendo o que estamos vendo. O povo contra o Exército, fazendo o que já fizeram no Araguaia uma revolução, uma guerrilha; o Exército tendo que ser acionado não mais para proteger o povo, mas para combatê-lo. E infelizmente até a própria Igreja tendo que se aliar à população, contra os seus algozes.

Os tempos realmente mudaram, mas infelizmente, mudaram para pior.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre orador que resta um minuto para o término da sua oração.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte do nobre

Deputado Deni Schwartz, que aliás veio aderir ao nosso pronunciamento informações importantíssimas, inclusive pertencentes à história do Paraná. Talvez seja por isso, nobre Deputado, que o Paraná, com muita propriedade, através deste Poder, deverá prestar, na votação do requerimento, solidariedade aos padres hoje ameaçados de expulsão, o seu apoio e o seu respaldo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do PP, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Tendo declinado, consulta a Liderança do PTB.

Ausente, consulta a Liderança do PDS: (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente. - Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 54/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 70/81, (Mens. Govern. nº 77/81), que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios nominados, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 55/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade na C.C.J., à ex-Proposição nº 71/81, (Mens. Govern. nº 78/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, objetivando a execução de projetos rodoviários dos programas especiais de desenvolvimento regional, de que trata o Decreto Federal 83.436, de 01 de maio de 1979. —

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 56/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 72/81 (Mens. Govern. nº 79/81), que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e os Municípios aqui nominados, objetivando co-participação técnica e financeira para obras no plano esportivo e cultural. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 57/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 73/81, (Mens. Govern. nº 71/81), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de NOVA AMÉRICA DA COLINA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana no referido município. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 58/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 74/81, (Mens. Govern. nº 80/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e os Municípios especificados, objetivando o planejamento e coordenação de desenvolvimento dos municípios que integram o Eixo Londrina-Maringá — METRONOR. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 80/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Foz do Iguaçu, para consulta à população sobre a criação do Município de SANTA TEREZINHA. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 59/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 76/81 (Mens. Govern. nº 82/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado, através da Secretaria dos Transportes e o Município de MAL. CÂNDIDO RONDON, objetivando a prestação de auxílio financeiro para aplicação nas obras do Terminal Rodoviário de Passageiros na sede do referido município. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 60/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 77/81 (Mens. Govern. nº 83/81), que aprova os Termos de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de ASSAI, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana no referido município. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 61/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 78/81, (Mens. Govern. nº 84/81), que aprova o convênio celebrado através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Município de BANDEIRANTES, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 62/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 44/81 (Mens. Govern. nº 46/81), que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado em 14/01/81, entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência de Órgãos que especifica, objetivando conjugação de esforços dos Governos da União, dos Estados e dos Municípios, na execução do Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 63/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposi-

ção nº 48/81, (Mens. Govern. nº 50/81), que aprova os Convênios nºs 14/80 a 26/80, efetuados entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios nominados, tendo como interveniente a COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, nos referidos municípios. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 64/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 65/81 (Mens. Govern. nº 72/81), que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e o Município de TOLEDO, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras rodoviárias. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 65/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 81/81 (Mens. Govern. nº 87/81), que aprova os Termos Aditivos aos Convênios nºs 15/81, 30/80 e 32/80, celebrados respectivamente entre o Estado do Paraná e os Municípios de ARAUCÁRIA, Balsa Nova e Campina Grande do Sul, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC na execução de obras constantes do Plano Metropolitano de Investimentos. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 66/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 50/81 (Mens. Govern. nº 54/81), que aprova o Convênio celebrado em 25/05/81, entre o Governo do Estado e o Município de LONDRINA com a interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a continuação da execução de projetos, obras e serviços atinentes à construção do Terminal de Passageiros da Cidade de Londrina. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 67/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 52/81 (Mens. Govern. nº 58/81), que aprova o Convênio celebrado em 26/03/81 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de ASSIS CHATEAUBRIAND, objetivando a execução do Programa Especial para Manutenção da Rede Aeroportuária — PROAEROPORTO, no exercício de 1981. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 93/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que altera a Lei nº 6407, de 11 de junho de 1973 (Fundação IPARDES). Parecer Favorável da C.C.J., com EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. COM EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. —

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 93/81

PARECER:

O projeto de lei ora em exame, de autoria do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, tem como duplo objetivo a alteração da denominação de "Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES", que passaria a ser denominada "Fundação Edison Vieira", e a modificação da constituição de seu Conselho de Administração.

No que diz respeito à primeira das finalidades propostas, quer nos parecer das mais justas a homenagem que se quer prestar à memória do eminente paranaense Edison Vieira, prematuramente desaparecido em acidente aviatório que enlutou nosso Estado e que, sem dúvida, teve e sempre terá o seu nome intimamente ligado ao Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná, pelo qual tanto batalhou.

O plano de lei propõe, ainda, a alteração da constituição do Conselho de Administração da dita fundação, em se tratando de medida que visa a sua agilização para que possa, assim, melhor atender às finalidades a que se destina, não vemos óbice a opor.

Nestas condições, somos pela aprovação, na forma da Emenda Substitutiva apresentada pelo autor.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente
LEÔNIDAS CHAVES — Relator

**PROJETO DE LEI Nº 93/81
EMENDA SUBSTITUTIVA**

SÚMULA: Altera a Lei nº 6047, de 11 de junho de 1973 (Fundação IPARDES)

Art. 1º — Fica alterada a denominação de “Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento e Social — IPARDES” para “INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA”.

Art. 2º — O art. 6º da Lei nº 6047, de 11 de junho de 1973, passará a ter a seguinte redação:

“O Conselho de Administração, órgão de supervisão geral das atividades da Fundação, será constituído pelo titular da Secretaria de Estado do Planejamento, que o presidirá, e pelo Presidente da Fundação, como membros natos, além de três outros membros nomeados pelo Governador do Estado, sendo um representante da Universidade Federal do Paraná, oriundo de área afim à da Fundação, um da Associação Comercial e um da Federação das Indústrias do Paraná”.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

Apoio: DAVID CHERIEGATE, GABRIEL MANOEL e
TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

A modificação que propomos está alicerçada nas anexas razões, apresentadas pelo órgão interessado.

**PROJETO DE LEI Nº 93/81
EMENDA DE PLENÁRIO**

Art. 2º — Inclui-se ao final

“... Representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná e da Federação da Agricultura do Paraná”.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

Apoio: FIDELCINO TOLENTINO, DARCY DEITOS,
CYRO MARTINS e NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

O IPARDES, ao longo de suas atividades, onde despendam trabalhos de relevo, tem se dedicado — prioritariamente — ao setor agropecuário da vida paranaense, tornando-se imprescindível que as duas entidades máximas ligadas ao meio rural estejam presentes na composição do Conselho Administrativo da referida Fundação.

Em votação a Emenda Substitutiva, ressalvada a Emenda de Plenário. — Aprovada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação)

14 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 93/81

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 05 e 87/81, e de Resolução nº 69/81.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 67/81.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 70, 71, 72, 73, 74, 75/81 e de Lei Complementar nº 101/81.

Levanta-se a sessão.